

Termo de Referência 139/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
139/2024	510678-SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NORTE /CENTRO-OESTE	RODRIGO CANDIDO TRONCOSO	21/10/2024 10:10 (v 1.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		35014.015059 /2024-11

1. Condições gerais da contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 35014.015059/2024-11)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de fornecimento de energia para **as unidades do Estado do Pará, unidades operacionais do INSS** vinculadas à Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Unidade Consumidora	Valor Bruto 12 /2023	Tensão	Percentual	Anual 2023	Estimado 2024	Mun
1	97726469	4423.90	Tipo B	1.14%	44,771.96	53,726.35	São Sebastião
2	106308071	4537.34	Tipo B	1.17%	45,920.02	55,104.03	Benevides
3	98953060	3898.73	Tipo B	1.01%	39,456.99	47,348.39	Vigia
4	6582508	8711.20	Tipo B	2.25%	88,161.46	105,793.75	Capanema
5	2000479735	371.22	Tipo B	0.10%	3,756.92	4,508.31	Belém
6	103132622	5863.31	Tipo B	1.52%	59,339.47	71,207.36	Monte Alegre
7	97769435	544.97	Tipo B	0.14%	5,515.35	6,618.42	Belém
8	103592771	4911.57	Tipo B	1.27%	49,707.41	59,648.89	Curuca
9	6446264	254.09	Tipo B	0.07%	2,571.51	3,085.81	Bragança
10	103235456	3730.53	Tipo B	0.96%	37,754.73	45,305.67	Garrafão do N
11	10227	18141.55	Tipo B	4.69%	183,601.06	220,321.27	Belém
12	108927470	3123.68	Tipo B	0.81%	31,613.12	37,935.74	Nova Esperan
13	5904528	9984.53	Tipo B	2.58%	101,048.16	121,257.79	Paragominas
14	103836093	1267.35	Tipo B	0.33%	12,826.18	15,391.42	Viseu
15	6446361	8345.01	Tipo B	2.16%	84,455.44	101,346.53	Bragança
16	108635266	4540.42	Tipo B	1.17%	45,951.20	55,141.43	Santa Izabel d
17	12157	47591.63	Tipo A	12.31%	361,237.33	433,484.80	Belém
18	10910	13131.95	Tipo A	3.40%	99,676.15	119,611.38	Belém
19	11797	3365.66	Tipo A	0.87%	25,546.55	30,655.86	Belém
20	2573920	7519.38	Tipo A	1.94%	57,074.76	68,489.71	Belém
21	10847	15112.85	Tipo A	3.91%	114,711.89	137,654.26	Belém
22	10095930	1861.75	Tipo A	0.48%	14,131.34	16,957.61	Belém
23	96018762	4201.24	Tipo A	1.09%	31,888.90	38,266.68	Cameta
24	17481169	8982.23	Tipo A	2.32%	68,178.31	81,813.97	Ananindeua
25	4379519	8499.09	Tipo A	2.20%	64,511.10	77,413.32	Abaetetuba
26	32867	12108.10	Tipo A	3.13%	91,904.77	110,285.72	Castanhal
27	2000241052	2658.33	Tipo B	0.69%	26,903.56	32,284.27	Marabá
28	98648879	3604.10	Tipo B	0.93%	36,475.19	43,770.23	Ourilandia do
29	2000225721	3942.53	Tipo B	1.02%	39,900.27	47,880.32	Ipixuna do P
30	2000241060	5483.35	Tipo B	1.42%	55,494.09	66,592.91	Marabá
31	99684879	2627.27	Tipo B	0.68%	26,589.21	31,907.06	São Geraldo
32	96632614	6169.62	Tipo B	1.60%	62,439.47	74,927.36	Conceição do
33	50011607	10784.10	Tipo A	2.79%	81,855.14	98,226.17	Marabá
34	32438288	5883.84	Tipo A	1.52%	44,660.43	53,592.52	Tucuruí
35	105096550	4745.38	Tipo B	1.23%	48,025.49	57,630.58	São Miguel d
36	104051243	5024.82	Tipo B	1.30%	50,853.55	61,024.26	Slinópolis

37	16218618	2224.37	Tipo B	0.58%	22,511.68	27,014.01	Breves
38	104214908	209.12	Tipo B	0.05%	2,116.39	2,539.67	Dom Eliseu
39	107329552	4694.25	Tipo B	1.21%	47,508.03	57,009.63	Moju
40	106307130	1900.14	Tipo B	0.49%	19,230.31	23,076.38	Concodia do P
41	108673192	3230.22	Tipo B	0.84%	32,691.35	39,229.62	Maracana
42	2000239116	306.42	Tipo B	0.08%	3,101.12	3,721.34	Tailandia
43	105096364	3750.98	Tipo B	0.97%	37,961.69	45,554.03	Mãe do Rio
44	104374018	3412.24	Tipo B	0.88%	34,533.48	41,440.18	Baião
45	200174184	4906.20	Tipo B	1.27%	49,653.06	59,583.67	Uruara
46	105114230	4400.63	Tipo B	1.14%	44,536.45	53,443.75	Novo Progress
47	3865533	129.08	Tipo B	0.03%	1,306.35	1,567.62	Itaituba
48	81339538	7704.36	Tipo A	1.99%	58,478.82	70,174.59	Itaituba
49	22225	16571.61	Tipo A	4.29%	125,784.39	150,941.27	Santarém
50	20093811	6440.21	Tipo A	1.67%	48,883.48	58,660.17	Altamira
51	98637087	4035.57	Tipo B	1.04%	40,841.87	49,010.25	Xinguara
52	50029760	118.00	Tipo B	0.03%	1,194.22	1,433.06	Redenção
53	104807070	6236.57	Tipo B	1.61%	63,117.03	75,740.44	Parauaperas
54	2000189355	3677.70	Tipo B	0.95%	37,220.06	44,664.07	São Felix do X
55	2000176077	3438.89	Tipo B	0.89%	34,803.19	41,763.83	Novo Reparti
56	96669461	6291.24	Tipo B	1.63%	63,670.32	76,404.38	Goianesia do I
57	99870907	3048.82	Tipo B	0.79%	30,855.50	37,026.60	Barcarena
58	108713364	3152.32	Tipo B	0.82%	31,902.97	38,283.56	Rondon do Pa
59	105138857	3898.71	Tipo B	1.01%	39,456.79	47,348.14	Acara
60	105882696	4960.34	Tipo B	1.28%	50,200.98	60,241.18	Capitão Poco
61	105096852	4463.24	Tipo B	1.15%	45,170.10	54,204.12	Igarape Acu
62	106308446	4060.71	Tipo B	1.05%	41,096.30	49,315.56	Mocajuba
63	104214436	5510.71	Tipo B	1.43%	55,770.99	66,925.19	Santana do A
64	104373267	4601.84	Tipo B	1.19%	46,572.79	55,887.35	Jacunda
65	104984576	3556.27	Tipo B	0.92%	35,991.13	43,189.36	Marapanim
66	3268934	2979.80	Tipo B	0.77%	30,156.98	36,188.38	Alenquer
67	103237238	6781.12	Tipo B	1.75%	68,628.14	82,353.77	Porto de Moz

386,638.30

100.00% 3,912,962.23 4,180,145.33

Valor mensal	348,345.44
Valor anual	4,180,145.33
Valor da Contratação	4,180,145.33

1.2. O prazo de vigência da contratação é **indeterminado** ou enquanto durar a concessão do serviço contados da assinatura do contrato /emissão da nota de empenho, na forma do artigo 109 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a necessidade de prestação contínua e ininterrupta, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – disponível <http://www.agu.gov.br/>:

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares, em conformidade com a legislação vigente para o setor.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Diante das conclusões extraídas do **processo n. 35014.015059/2024-11**, a Administração não aceitará o fornecimento pela concessionária formalmente habilitada.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.13. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **imediatamente** após assinatura do contrato;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: **na forma do detalhamento do Estudo Técnico Preliminar anexo.**

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.4. Ininterruptamente após assinatura do contrato

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço

Item	Unidade Consumidora	Estado	Conta Contrato	Forma de Faturamento Atual	Forma de Faturamento Sugerida	Município	Localidade
1	97726469	Pará	4000020619	Tipo B		São Sebastião da Boa Vista	BOA VISTA COCAL , S/N Bairro: BOA VISTA
2	106308071	Pará	4000020619	Tipo B		Benevides	JOAQUIM PEREIRA DE QUEIROZ , S/N Bairro: BENEVIDES
3	98953060	Pará	4000020619	Tipo B		Vigia	JOAQUIM PEREIRA DE QUEIROZ , S/N Bairro: VIGIA
4	6582508	Pará	4000020619	Tipo B		Capanema	JOAO PESSOA , 55 Bairro: CAPANEMA
							LINDOLFO COLLOR , S/N Bairro: LINDOLFO COLLOR
							AV ALM BAR E AV 1 DE DEZ
5	2000479735	Pará	4000020619	Tipo B		Belém	
6	103132622	Pará	4000020619	Tipo B		Monte Alegre	NILO PECANHA , S/N Bairro: TEÓFILO OTTONI
							NAZARE , 133 Bairro: NAZARE - FLORESTA
							ASCONCELOS E DR MO
7	97769435	Pará	4000020619	Tipo B		Belém	
8	103592771	Pará	4000020619	Tipo B		Curuca	GONCALO FERREIRA , S/N Bairro: CURUCA
9	6446264	Pará	4000020619	Tipo B		Bragança	ALACID NUNES , S/N Bairro: BRAGANÇA
10	103235456	Pará	4000020619	Tipo B		Garrafão do Norte	AGOSTINHO BRASIL , S/N Bairro: GARRAFÃO DO NORTE
11	10227	Pará	4000020619	Tipo B		Belém	GOVERNADOR JOSE MALCHER , S/N Bairro: BELÉM
12	108927470	Pará	4000020619	Tipo B		Nova Esperança do Piria	PA 124 , S/N - ESQ TV JATOPÁ , S/N Bairro: NOVA ESPERANÇA DO PIRIA
13	5904528	Pará	4000020619	Tipo B		Paragominas	SANTAREM , S/N Bairro: ANGELIM
14	103836093	Pará	4000020619	Tipo B		Viseu	JUSTO CHERMONT , 1 Bairro: VISEU
15	6446361	Pará	4000020619	Tipo B		Bragança	ALACID NUNES , S/N Bairro: BRAGANÇA
16	108635266	Pará	4000020619	Tipo B		Santa Izabel do Pará	JOAO COELHO , S/N Bairro: JUAZEIRO
							NAZARE , 79 Bairro: NAZARE - FLORESTA
							ASSIS DE VASCONCELOS
17	12157	Pará	4000020619	Tipo A		Belém	
							LINDOLFO COLLOR , S/N Bairro: LINDOLFO COLLOR
							UNIDADE REF REAB PROFISSI
18	10910	Pará	4000020619	Tipo A	Optante B	Belém	
							SENADOR LEMOS , 1533 Bairro: SENADOR LEMOS
							TV M ARAUJO E TV CEL L BEN
19	11797	Pará	4000020619	Tipo A	Optante B	Belém	
							CORONEL JUVENCIO SARMEN
							PONTA GROSSA - ESOUZA FR
20	2573920	Pará	4000020619	Tipo A	Optante B	Belém	
							PEDRO MIRANDA , 1060 Bairro: PEDRO MIRANDA
							TV TIMBO E TV MARIZ E BARR
21	10847	Pará	4000020619	Tipo A		Belém	
							ROBERTO CAMELIER , 1080 Ba
							C SAO MIGUEL
22	10095930	Pará	4000020619	Tipo A	Optante B	Belém	
23	96018762	Pará	4000020619	Tipo A	Optante B	Cameta	NOVA , S/N Bairro: CENTRAL
							ARTERIAL 18 , S/N Bairro: COQUEL

24	17481169	Pará	4000020619	Tipo A		Ananindeua	ESQUINA COM WE 51 CJ C NO
							DOM PEDRO I , 538 Bairro: SAO
							- CENTRO
25	4379519	Pará	4000020619	Tipo A		Abaetetuba	CONEGO LUIZ LEITAO , 1817
							Bairro: ESTRELA -PRES VARGA
26	32867	Pará	4000020619	Tipo A		Castanhal	
							32 QD 19 , S/N Bairro: NOVA MA
							ANDAR SALA 301
27	2000241052	Pará	4000020627	Tipo B		Maraba	KAIAPO , 1398 Bairro: NOVO HC
							SETOR 03 QD69 LOTE 11 E 12
28	98648879	Pará	4000020627	Tipo B		Ourilandia do Norte	
29	2000225721	Pará	4000020627	Tipo B		Ipixuna do Pará	PEDRO AIRE , S/N Bairro: CENT
30	2000241060	Pará	4000020627	Tipo B		Maraba	32 QD 19 , S/N - Nova Marabá- 2
31	99684879	Pará	4000020627	Tipo B		São Geraldo do Araguaia	ADMINISTRATIVA , S/N - ALTO
							JK , S/N Bairro: CONCEICAO DC
							AVJUSCELINO KUBITSCHKECE
32	96632614	Pará	4000020627	Tipo B		Conceição do Araguaia	TRANSAMAZONICA BR 230 , S/
							AMAPA - PROX INCRA
33	50011607	Pará	4000020627	Tipo A	Optante B	Maraba	SETE DE SETEMBRO , S/N Bair
							CENTRO - ESQUINA COM RUA
34	32438288	Pará	4000020627	Tipo A	Optante B	Tucuruí	
35	105096550	Pará	4000020643	Tipo B		São Miguel do Guama	INACIO NETO , S/N - VILA NOV/
36	104051243	Pará	4000020643	Tipo B		Slinopolis	TIRADENTES , S/N Bairro: PORT
37	16218618	Pará	4000020643	Tipo B		Breves	
38	104214908	Pará	4000020643	Tipo B		Dom Eliseu	STA CLARA , 4 - QD 19 A LOTE
39	107329552	Pará	4000020643	Tipo B		Moju	DAS PALMEIRAS , S/N Bairro: P
40	106307130	Pará	4000020643	Tipo B		Concodia do Pará	JOSE BONIFACIO , S/N - COM T
41	108673192	Pará	4000020643	Tipo B		Maracana	ESPIRITO SANTO , S/N
							ARACRUZ LOT PAGANINI , S/N
							RUA ARACRUZ TRAVESSA EM.
42	2000239116	Pará	4000020643	Tipo B		Tailandia	
43	105096364	Pará	4000020643	Tipo B		Mãe do Rio	PA 252 , S/N - ESTRADA DO AC
44	104374018	Pará	4000020643	Tipo B		Baião	DOS VIEIRAS , S/N Bairro: MUTI
45	200174184	Pará	4000020635	Tipo B		Uruara	FRANCISCO MELANSKI , S/N - I
46	105114230	Pará	4000020635	Tipo B		Novo Progresso	ITAITUBA , 7 - QD 143 LOTES 0
							MAL RONDON , S/N Bairro: BOA
							CS 09EDCOSTA E SILVA

47	3865533	Pará	4000020635	Tipo B		Itaituba		MAL RONDON , S/N Bairro: BOA
48	81339538	Pará	4000020635	Tipo A		Itaituba		NOVO PREDIO DO INSS
49	22225	Pará	4000020635	Tipo A		Santarém		FLORIANO PEIXOTO , 383 Bairr - ED COSTA E SILVA BAI
50	20093811	Pará	4000020635	Tipo A	Optante B	Altamira		BRIG EDUARDO GOMES , 2614
51	98637087	Pará	4000020627	Tipo B		Xinguara		EBASTIAO - BAIRRO ESPLANAI
52	50029760	Pará	4000020627	Tipo B		Redenção		P A CABRAL , S/N - Complemen
53	104807070	Pará	4000020627	Tipo B		Parauaperas		SANTA TEREZA , S/N
54	2000189355	Pará	4000020627	Tipo B		São Felix do Xingu		A , S/N Bairro: JARDIM CANADA
55	2000176077	Pará	4000020627	Tipo B		Novo Repartimento		S N PROX A PREFEITURA
56	96669461	Pará	4000020627	Tipo B		Goianesia do Para		GOIAS , sn Bairro: CENTRO - LC
57	99870907	Pará	4000020643	Tipo B		Barcarena		BELEM , S/N Bairro: PQ VL TUC
58	108713364	Pará	4000020643	Tipo B		Rondon do Para		BAIRRO CENTRO
59	105138857	Pará	4000020643	Tipo B		Acara		DA PAZ , S/N Bairro: ALTO BON
60	105882696	Pará	4000020643	Tipo B		Capitão Poco		S N AO LADO DA DELEGACIA
61	105096852	Pará	4000020643	Tipo B		Igarape Acu		
62	106308446	Pará	4000020643	Tipo B		Mocajuba		DA MATRIZ , S/N Bairro: CENTR
63	104214436	Pará	4000020643	Tipo B		Santana do Araguaia		RIO GRANDE DO SUL , S/N - ES
64	104373267	Pará	4000020643	Tipo B		Jacunda		PA 252 , S/N - KM 01 SN
65	104984576	Pará	4000020643	Tipo B		Marapanim		FERNANDO GUILHON , S/N Bai
66	3268934	Pará	4000020635	Tipo B		Alenquer		CENTRO - ENTRE RUA YAMAD
67	103237238	Pará	4000020635	Tipo B		Porto de Moz		BARAO DO RIO BRANCO , S/N
								LAURO SODRE , S/N
								HENRIQUE VITA , S/N - ESQUIN
								15 DE NOVEMBRO , 53
								BENJAMIN CONSTANT , S/N -
								CONSTRUCAO FRENT O FORU
								P VICENTE , S/N
								DUQUE CAXIAS , S/N Bairro: CA

5.3. Os serviços serão prestados de forma ininterrupta devido a sua característica.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas [abaixo] / em anexo

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, **na forma da legislação vigente**, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características **de volume já conhecidos pela concessionária**.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na legislação vigente regulamentada pela ANEEL.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas **necessárias para a correta execução e pagamento do objeto**.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os critérios estabelecidos em regulamento do setor sobre orientações da ANEEL.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, **no prazo de fixado pela agência reguladora**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente **no prazo de fixado pela agência reguladora**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **fixado pela agência reguladora** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado, **preferencialmente**, através de **fatura**, para crédito em convênio bancário.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.2. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Regime de execução

8.4. O regime de execução do contrato será [...].

Exigências de habilitação

8.5. *Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.6. *A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*

8.7. *Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.*

8.8. *A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.*

8.9. *O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.*

8.10. *Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.*

8.11. *É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.*

8.12. *Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.*

8.13. *Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.*

8.14. *Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.*

8.15. *Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:*

Habilitação jurídica

8.16. Pessoa física: *cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

8.17. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.18. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.19. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.21. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.22. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.23. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.24. Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº

8.25. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.26. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.27. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.28. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.29. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.30. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.31. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.32. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.33. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.34. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.35. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.36. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.37. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.37.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.37.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.37.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.37.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.38. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

8.39. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.40. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

Qualificação Técnica

8.41. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.42. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.43. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

8.43.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.44. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.44.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.44.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.44.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.44.4. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.44.5. Prova de atendimento aos requisitos, previstos **pela Agência Reguladora;**

8.45. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.45.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.45.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.45.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.45.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.45.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.45.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta; e

8.45.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 4.180.145,33

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

*9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ **4.180,145,33 (quatro milhões e cento e oitenta mil e cento quarenta e cinco reais e trinta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.*

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.6. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.6.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 510678 - Superintendência Regional Norte Centro Oeste;

II) Fonte de Recursos: 2593 - Funcionamento das Unidades Descentralizadas;

III) Programa de Trabalho: 09122003221FT0001;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: ENERG1;

9.7. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Brasília, 17 de outubro de 2024.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO CANDIDO TRONCOSO

Chefe do Setor de Concessionárias e Telefonia



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 08:36:43.

THIAGO JOAO DE MOURA SOUZA

Chefe do Serviço de Licitações



Assinou eletronicamente em 21/10/2024 às 09:45:01.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP138_2024 - EQUATORIAL PARA.pdf (375.53 KB)

Anexo I - ETP138_2024 - EQUATORIAL PARA.pdf

Estudo Técnico Preliminar 138/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.015059/2024-11

2. Referências Utilizadas

O documento foi embasado na seguinte legislação:

- Instrução Normativa SEGES Nº 5 de 26 de maio de 2017;
- Manual de Engenharia e Patrimônio Imobiliário;
- Manual de Orientação Para Preenchimento da Planilha de Custo e Formação de Preços do Ministério do Planejamento, disponível no site do COMPRASNET.
- Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – disponível <http://www.agu.gov.br/>.
- Modelo de Contrato disponibilizado pela AGU versão agosto/2024 - Modelos da Lei nº 14.133/21 para Contratação Direta — Advocacia-Geral da União (www.gov.br) - NUP: 00688.000716/2019-43;
- Modelo de Projeto Básico adaptado à versão de Termo de Referência disponibilizado pela AGU versão agosto /2023 - Modelos da Lei nº 14.133/21 para Contratação Direta — Advocacia-Geral da União (www.gov.br);
- Lista de verificação de Contratações Diretas disponibilizado pela AGU versão junho/2022 - Modelos da Lei nº 14.133/21 para Contratação Direta — Advocacia-Geral da União (www.gov.br);
- Instrumento de padronização dos procedimentos de contratação disponibilizado no sítio: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimento-de-contratacao-agu-fev-2024.pdf>.

3. Descrição da necessidade

Energia para **Unidades do Estado do Pará atendidas pela concessionária EQUATORIAL**, contratação continuada por tempo indeterminado dos serviços de fornecimento de energia elétrica para os prédios onde se encontram instaladas **a partir de 31/12 /2024**.

A prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica é essencial para o funcionamento das unidades do INSS, e sua interrupção acarretaria a paralização de quase todos os serviços prestados dentro dessas unidades.

O serviço é de natureza contínua, conforme definição apresentada pelo art. 15 da IN nº 05/2017:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurado a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. Parágrafo único. A contratação de serviços prestados de forma contínua deverá observar os prazos previstos no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

O Estudo Preliminar visa a atender a Seção II da IN SEGES nº 05/2017 e alterações posteriores. Atende também a previsão da Lei 14.133/2021 estabelecida no inciso I do art. 72 e está compatibilizado com o Plano de Contratações Anual.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Contratos de Concessinárias e Telefonia	Rodrigo Candido Troncoso

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

O contratado deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica, como também:

1. Cumprir as condições operacionais e tarifárias referente(s) ao(s) serviço(s), consignado expressamente pelo INSS;
2. Enviar as faturas para endereço indicado pelo CONTRATANTE;
3. Fornecer Tabela de Preço e Tarifas de Serviços Municipais com detalhamento dos serviços que atendam às necessidades do CONTRATANTE, previsto no contrato;
4. Fornecer as alterações/atualizações ocorridas nos preços e tarifas, mediante envio da nova tabela aprovada pela **EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., CNPJ 04.895.728/0001-80**
5. Prestar todas as orientações necessárias ao INSS referentes à utilização dos serviços contratados;
6. Executar os serviços conforme normas estabelecidas em contrato com INSS;
7. Comunicar, com antecedência mínima de 5 (cinco) dia úteis, o aumento das tarifas relativas aos serviços prestados estabelecidos no presente processo e enviar ao Serviço de Protocolo do INSS a Tabela Atualizada de Preços e Tarifas de Serviços da concessionária;
8. Prestar serviços adequadas, com regularidade e qualidade, nas condições de preços e prazos estabelecidos na legislação.
9. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, conforme Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores.
10. Fornecer energia com qualidade e padrões estabelecidos por normas e legislação.
11. Prestar serviços de coleta de esgoto conforme normas e legislação em vigor;
12. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
13. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
14. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos;
16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
17. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos;
18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
22. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
23. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
24. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
25. Contratado deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer.
26. Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XVI, art. 92, da Lei nº 14.133/21;
27. Contratado é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, relacionadas a prestação de serviço;
28. O contrato deverá ter uma duração por tempo indeterminado, condicionado à solicitação de ateste anual, nos termos da orientação normativa n. 36 de 13 de dezembro de 2011.

29. O presente processo decorre da inexigibilidade de licitação, realizada com fundamento no artigo 74º Inciso I da Lei nº 14.133/21.
30. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, da Lei 14.133/21.
31. O pagamento da prestação dos serviços será efetuado mensalmente mediante a liquidação da fatura apresentada pela CONTRATADA, com o vencimento no dia (20) do mês subsequente à prestação dos serviços e após atestada pelo Setor competente.
32. A fatura será paga por via bancária, mediante crédito em conta corrente, e após a apresentação pela CONTRADA dos seguintes documentos:
33. Nota Fiscal/Fatura discriminativa, em 02 (duas) vias, devidamente atestada pelo Setor competente ou por servidores previamente designados;
34. Deverá ser verificada “on-line”, a situação da CONTRATADA relativamente a Guia de Previdência Social-GPS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, devidamente quitadas, relativas ao mês da última competência vencida.
35. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/21, mediante Termo Aditivo.
36. O CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo dos serviços contratados, em até 25% (Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
37. A supressão resultante de acordo celebrada entre os CONTRATANTES poderá exceder além dos 25 % (Vinte e cinco por cento).
38. A inexecução, total ou parcial, deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto na artigo 115 da Lei nº 14.133/21.
39. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

A rescisão deste Contrato poderá se dar:

1. Por ato unilateral e escrito da ADMINISTRAÇÃO, nos casos enumerados na Lei 14.133/21.
2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a ADMINISTRAÇÃO; ou
3. Judicial, nos Termos da legislação vigente sobre a matéria;
4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

A CONTRATADA, em caso de atraso, inadimplência total ou parcial, do contrato, garantida defesa prévia, estará sujeita às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21, a saber:

1. advertência;
2. multa;
3. impedimento de licitar e contratar;
4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

A fiscalização dos serviços será exercida por representante previamente designado pelo CONTRATANTE, no ato denominado gestor e fiscal, com o devido credenciamento, ao qual competirá dirimir as dúvidas da CONTRATADA, que surgirem no curso de execução, dando ciência ao CONTRATANTE conforme Lei nº 14.133/21.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades nos serviços, não implicando co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e propositos.

Qualquer medida que implique em alterações e/ou obrigações pactuadas só poderão ser adotadas mediante autorização por escrito das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e será, obrigatoriamente, ratificada por meio de Termo Aditivo ao contrato, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras. Quaisquer tolerância entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas no contrato, as quais permanecerão íntegras.

6. Levantamento de Mercado

Considerando se tratar de monopólio da concessionária informada anteriormente, a distribuição de energia e fornecimento para unidades de baixa tensão não podem ser contratadas de empresa diversa, ficando inviável a competitividade nessa licitação.

7. Descrição da solução como um todo

A Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica visa o fornecimento de forma contínua, sendo imprescindível para a segurança e funcionamento das instalações prediais do INSS. A contratação deverá estender-se de

forma indeterminada por mais de um exercício financeiro a fim de se evitar a interrupção do fornecimento, pois tal fato comprometeria a continuidade das atividades desenvolvidas, enquadrando-se os serviços de fornecimento de energia elétrica como serviço de natureza continuada, na forma estabelecida no artigo 109 da Lei no 14.133/21.

Trata-se de prestação de serviço continuado, cujo produto é o fornecimento de energia elétrica, não sendo possível a divisão do item à mais de um fornecedor.

O parcelamento ou divisão do serviço não é técnica e economicamente viável.

O serviço é prestado por um único fornecedor.

A pretensa contratação se faz consonante com o Planejamento Estratégico do INSS, cujas ações constantes do seu Mapa Estratégico. Prevê ações de MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA com a Modernização da Rede de Atendimento e OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS com o aperfeiçoamento das aplicações dos recursos.

Não serão necessárias adequações do ambiente, uma vez que as unidades do INSS já estão adequadas às necessidades do serviço.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Contratação de fornecimento de energia elétrica para as unidades consumidoras abaixo listadas, fazendo a ressalva de que ocorrem alterações nas UCs (Unidades Consumidoras) no decorrer da alteração contratual e estas mudanças em nada afetam a prestação do serviço que deve ocorrer de forma contínua.

Estudo de consumo e valores - Contratação EQUATORIAL PARÁ
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - CNPJ 04.895.728/0001-80

		Valor Bruto 12		
Item	Unid Consumidora	/2023	Tensão	Município
1	97726469	4423,90	Tipo B	São Sebastião da Boa Vista
2	106308071	4537,34	Tipo B	Benevides
3	98953060	3898,73	Tipo B	Vigia
4	6582508	8711,20	Tipo B	Capanema
5	2000479735	371,22	Tipo B	Belém
6	103132622	5863,31	Tipo B	Monte Alegre
7	97769435	544,97	Tipo B	Belém
8	103592771	4911,57	Tipo B	Curuca
9	6446264	254,09	Tipo B	Bragança
10	103235456	3730,53	Tipo B	Garrafão do Norte
11	10227	18141,55	Tipo B	Belém
12	108927470	3123,68	Tipo B	Nova Esperança do Piria
13	5904528	9984,53	Tipo B	Paragominas
14	103836093	1267,35	Tipo B	Viseu
15	6446361	8345,01	Tipo B	Bragança
16	108635266	4540,42	Tipo B	Santa Izabel do Pará
17	12157	47591,63	Tipo A	Belém
18	10910	13131,95	Tipo A	Belém

19	11797	3365,66	Tipo A	Belém
20	2573920	7519,38	Tipo A	Belém
21	10847	15112,85	Tipo A	Belém
22	10095930	1861,75	Tipo A	Belém
23	96018762	4201,24	Tipo A	Cameta
24	17481169	8982,23	Tipo A	Ananindeua
25	4379519	8499,09	Tipo A	Abaetetuba
26	32867	12108,10	Tipo A	Castanhal
27	2000241052	2658,33	Tipo B	Marabá
28	98648879	3604,10	Tipo B	Ourilandia do Norte
29	2000225721	3942,53	Tipo B	Ipixuna do Pará
30	2000241060	5483,35	Tipo B	Marabá
				São Geraldo
31	99684879	2627,27	Tipo B	do Araguaia
				Conceição
32	96632614	6169,62	Tipo B	do Araguaia
33	50011607	10784,10	Tipo A	Marabá
34	32438288	5883,84	Tipo A	Tucuruí
				São Miguel
35	105096550	4745,38	Tipo B	do Guama
36	104051243	5024,82	Tipo B	Slinópolis
37	16218618	2224,37	Tipo B	Breves
38	104214908	209,12	Tipo B	Dom Eliseu
39	107329552	4694,25	Tipo B	Moju
40	106307130	1900,14	Tipo B	Concodia do Pará
41	108673192	3230,22	Tipo B	Maracana
42	2000239116	306,42	Tipo B	Tailandia
43	105096364	3750,98	Tipo B	Mãe do Rio
44	104374018	3412,24	Tipo B	Baião
45	200174184	4906,20	Tipo B	Uruara
46	105114230	4400,63	Tipo B	Novo Progresso

47	3865533	129,08	Tipo B	Itaituba
48	81339538	7704,36	Tipo A	Itaituba
49	22225	16571,61	Tipo A	Santarém
50	20093811	6440,21	Tipo A	Altamira
51	98637087	4035,57	Tipo B	Xinguara
52	50029760	118,00	Tipo B	Redenção
53	104807070	6236,57	Tipo B	Parauaperas
54	2000189355	3677,70	Tipo B	São Felix do Xingu
55	2000176077	3438,89	Tipo B	Novo Repartimento
56	96669461	6291,24	Tipo B	Goianesia do Para
57	99870907	3048,82	Tipo B	Barcarena
58	108713364	3152,32	Tipo B	Rondon do Para
59	105138857	3898,71	Tipo B	Acara
60	105882696	4960,34	Tipo B	Capitão Poco
61	105096852	4463,24	Tipo B	Igarape Acu
62	106308446	4060,71	Tipo B	Mocajuba
63	104214436	5510,71	Tipo B	Santana do Araguaia
64	104373267	4601,84	Tipo B	Jacunda
65	104984576	3556,27	Tipo B	Marapanim
66	3268934	2979,80	Tipo B	Alenquer
67	103237238	6781,12	Tipo B	Porto de Moz
		386.638,30		
Valor mensal				348.345,44
Valor anual				4.180.145,33

Tabela de Especificações

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE CONSU.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNI.	ILU. PÚBL.	VALOR TOTAL
1	Fornecimento de energia e transmissão	4120	97726469	KwH	47.950,54	1,12	-	53.726,35

	em baixa tensão							
2	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	106308071	KwH	49.180,11	1,12	-	55.104,03
3	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	98953060	KwH	42.258,24	1,12	-	47.348,39
4	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	6582508	KwH	94.420,48	1,12	-	105.793,75
5	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	2000479735	KwH	4.023,64	1,12	-	4.508,31
6	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	103132622	KwH	63.552,27	1,12	-	71.207,36
7	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	97769435	KwH	5.906,92	1,12	-	6.618,42
8	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	103592771	KwH	53.236,38	1,12	-	59.648,89
9	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	6446264	KwH	2.754,08	1,12	-	3.085,81
10	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	103235456	KwH	40.435,12	1,12	-	45.305,67
	Fornecimento							

11	de energia e transmissão em baixa tensão	4120	10227	KwH	196.635,80	1,12	-	220.321,27
12	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	108927470	KwH	33.857,49	1,12	-	37.935,74
13	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	5904528	KwH	108.222,07	1,12	-	121.257,79
14	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	103836093	KwH	13.736,77	1,12	-	15.391,42
15	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	6446361	KwH	90.451,35	1,12	-	101.346,53
16	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	108635266	KwH	49.213,50	1,12	-	55.141,43
17	Transmissão em Média /Alta tensão	4120	12157	KwH	386.883,36	1,12	-	433.484,80
18	Transmissão em Média /Alta tensão	4120	10910	KwH	106.752,66	1,12	-	119.611,38
19	Transmissão em Média /Alta tensão	4120	11797	KwH	27.360,23	1,12	-	30.655,86
20	Transmissão em Média /Alta tensão	4120	2573920	KwH	61.126,78	1,12	-	68.489,71
21	Transmissão em Média /Alta tensão	4120	10847	KwH	122.855,85	1,12	-	137.654,26
22	Transmissão em Média /Alta tensão	4120	10095930	KwH	15.134,60	1,12	-	16.957,61
	Transmissão							

23	em Média /Alta tensão	4120	96018762	KwH	34.152,85	1,12	-	38.266,68
24	Transmissão em Média /Alta tensão	4120	17481169	KwH	73.018,62	1,12	-	81.813,97
25	Transmissão em Média /Alta tensão	4120	4379519	KwH	69.091,07	1,12	-	77.413,32
26	Transmissão em Média /Alta tensão	4120	32867	KwH	98.429,54	1,12	-	110.285,72
27	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	2000241052	KwH	28.813,57	1,12	-	32.284,27
28	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	98648879	KwH	39.064,75	1,12	-	43.770,23
29	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	2000225721	KwH	42.732,98	1,12	-	47.880,32
30	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	2000241060	KwH	59.433,89	1,12	-	66.592,91
31	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	99684879	KwH	28.476,91	1,12	-	31.907,06
32	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	96632614	KwH	66.872,36	1,12	-	74.927,36
33	Transmissão em Média /Alta tensão	4120	50011607	KwH	87.666,44	1,12	-	98.226,17
34	Transmissão em Média /Alta tensão	4120	32438288	KwH	47.831,10	1,12	-	53.592,52
	Fornecimento							

35	de energia e transmissão em baixa tensão	4120	105096550	KwH	51.435,05	1,12	-	57.630,58
36	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	104051243	KwH	54.463,90	1,12	-	61.024,26
37	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	16218618	KwH	24.109,89	1,12	-	27.014,01
38	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	104214908	KwH	2.266,65	1,12	-	2.539,67
39	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	107329552	KwH	50.880,86	1,12	-	57.009,63
40	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	106307130	KwH	20.595,57	1,12	-	23.076,38
41	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	108673192	KwH	35.012,27	1,12	-	39.229,62
42	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	2000239116	KwH	3.321,28	1,12	-	3.721,34
43	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	105096364	KwH	40.656,78	1,12	-	45.554,03
44	Fornecimento de energia e	4120	104374018	KwH	36.985,18	1,12	-	41.440,18

	transmissão em baixa tensão							
45	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	200174184	KwH	53.178,18	1,12	-	59.583,67
46	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	105114230	KwH	47.698,32	1,12	-	53.443,75
47	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	3865533	KwH	1.399,09	1,12	-	1.567,62
48	Transmissão em Média /Alta tensão	4120	81339538	KwH	62.630,52	1,12	-	70.174,59
49	Transmissão em Média /Alta tensão	4120	22225	KwH	134.714,45	1,12	-	150.941,27
50	Transmissão em Média /Alta tensão	4120	20093811	KwH	52.353,96	1,12	-	58.660,17
51	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	98637087	KwH	43.741,44	1,12	-	49.010,25
52	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	50029760	KwH	1.279,00	1,12	-	1.433,06
53	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	104807070	KwH	67.598,03	1,12	-	75.740,44
54	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	2000189355	KwH	39.862,50	1,12	-	44.664,07
	Fornecimento							

55	de energia e transmissão em baixa tensão	4120	2000176077	KwH	37.274,04	1,12	-	41.763,83
56	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	96669461	KwH	68.190,59	1,12	-	76.404,38
57	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	99870907	KwH	33.046,08	1,12	-	37.026,60
58	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	108713364	KwH	34.167,92	1,12	-	38.283,56
59	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	105138857	KwH	42.258,02	1,12	-	47.348,14
60	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	105882696	KwH	53.765,00	1,12	-	60.241,18
61	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	105096852	KwH	48.376,95	1,12	-	54.204,12
62	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	106308446	KwH	44.013,93	1,12	-	49.315,56
63	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	104214436	KwH	59.730,45	1,12	-	66.925,19
64	Fornecimento de energia e	4120	104373267	KwH	49.879,23	1,12	-	55.887,35

	transmissão em baixa tensão							
65	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	104984576	KwH	38.546,32	1,12	-	43.189,36
66	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	3268934	KwH	32.297,98	1,12	-	36.188,38
67	Fornecimento de energia e transmissão em baixa tensão	4120	103237238	KwH	73.500,39	1,12	-	82.353,77

Tabela de unidades atendidas

Código UO	Nome UO	CNPJ
12001010	APS ABAETETUBA	29979036/0159-20
12001050	APS BELÉM - ICOARACÍ	29979036/1226-88
12001070	APS BELÉM - MARCO	29979036/1227-69
12001080	APS BELÉM - NAZARÉ	29979036/1224-16
12001090	APS BELÉM - PEDREIRA	29979036/1225-05
12001100	APS BELÉM - SÃO BRAZ	---
12001120	APS BRAGANÇA	29979036/0939-98
12001130	APS CAMETÁ	29979036/1048-68
12001140	APS CAPANEMA/PA	29979036/0158-49
12001150	APS CASTANHAL	29979036/0161-44
12001210	APS BREVES	29979036/1035-43
12001240	APS MOSQUEIRO	29979036/1354-02
12001290	APS PARAGOMINAS	29979036/0833-30
12001310	APS SANTA IZABEL	29979036/1112-10
12001320	APS ANANINDEUA	29979036/1335-31
12001360	APS VIGIA	29979036/1531-33
12001380	APS VISEU	29979036/1537-29
12001400	APS SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	29979036/1600-08
12001410	APS CURUÇÁ	29979036/1627-10
12001420	APS GARRAFÃO DO NORTE	29979036/1612-33

12001430	APS SALINÓPOLIS	---
12001440	APS IGARAPÉ-AÇU	---
12001450	APS CAPITÃO POÇO	---
12001460	APS MÃE DO RIO	---
12001470	APS SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	---
12001480	APS BAIÃO	---
12001490	APS MOJU	---
12001500	APS MARACANÃ	---
12001510	APS BARCARENA	---
12001520	APS ACARÁ	---
12001530	APS CONCÓRDIA DO PARÁ	---
12001540	APS DOM ELISEU	---
12001550	APS IPIXUNA	---
12001560	APS MARAPANIM	---
12001570	APS MOCAJUBA	---
12001580	APS NOVA ESPERANÇA/PA	---
12021010	APS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	29979036/0846-54
12021020	APS GOIANÉSIA DO PARÁ	29979036/1539-90
12021030	APS MARABÁ	29979036/0844-92
12021040	APS OURILÂNDIA DO NORTE	29979036/1519-47
12021050	APS PARAUAPEBAS	29979036/0843-01
12021060	APS REDENÇÃO/PA	29979036/0845-73
12021070	APS SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	29979036/1540-24
12021080	APS TUCURUÍ	29979036/0980-19
12021090	APS XINGUARA	29979036/1518-66
12021110	APS JACUNDÁ	29979036/1720-06
12021120	APS RONDON DO PARÁ	29979036/1721-97
12021130	APS SANTANA DO ARAGUAIA	29979036/1727-82
12021140	APS NOVO REPARTIMENTO	---
12021150	APS SÃO FÉLIX DO XINGU	---
12021160	APS TAILÂNDIA	---
12022010	APS ALENQUER	29979036/0868-60
12022020	APS ALTAMIRA	29979036/0723-03

12022030	APS ITAITUBA	29979036/0784-17
12022040	APS SANTARÉM	29979036/0157-68
12022060	APS PORTO DE MOZ	29979036/1606-95
12022070	APS NOVO PROGRESSO	---
12022080	APS MONTE ALEGRE	---
12022090	APS URUARÁ	---
12001	GERÊNCIA EXECUTIVA BELÉM	29979036/0155-04
12021	GERÊNCIA EXECUTIVA MARABÁ	29979036/1555-00
12022	GERÊNCIA EXECUTIVA SANTARÉM	29979036/1559-34

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.180.145,33

Com apuração dos pagamentos realizados nas competências 2024/2023, que seguem abaixo discriminados, foi realizado estimativa de valor anual de contrato. Explica-se que foi acrescido um percentual de 20% (vinte por cento) para fazer face aos aumentos de tarifas que estão previstos para o exercício de 2024, ficando assim o valor anual em **R\$ 4.180.145,33**

Vide planilha de unidades e valores dos últimos 12 meses e atentar que para a unidade consumidora de média/alta tensão está sendo estimado apenas os valores de iluminação pública bem como para contratação da transmissão de energia, haja vista que a contratação de energia pelo Mercado Livre está sendo promovida em outro processo.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Existe a necessidade de prosseguimento da contratação de energia pelo mercado livre de energia que está sendo tratado no processo administrativo 35014.151770/2024-21 para fins de pagamento da parcela de energia correspondente às **unidades de alta tensão do Estado do Pará**.

Explica-se que neste processo será contratado apenas a transmissão de energia para a unidade consumidora mencionada neste item por se tratar de uma unidade que pode ter o consumo de energia licitado no mercado, e portanto, apenas este item restará pendente de contratação com a concessionária e não devendo ser pago sua fatura neste processo até a efetiva contratação pelo processo mencionado da fração correspondente ao fornecimento de energia.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Anual de Contratações.

13. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Inicialmente, os processos de contratação de serviço por concessionária ou empresa pública onde existe o monopólio da prestação, como acontece com o fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água e esgoto, por exemplo, não há que se falar em contratação pelo menor preço, pois não existe a menor possibilidade de alternativa à contratação com o fornecedor que se apresenta, logo o contrato de adesão ou fornecimento onde a Administração Pública figure como usuária de serviço público, entende-se não se tratar da exigência de elaboração de Projeto Básico ou Termo de Referência, mas sim, que seja instruído de forma que contenha um mínimo de especificações necessárias que definam o objeto de forma precisa, suficiente e clara. Em uma consulta formulada pela Superintendência de Licitações e Contratos do Estado do Piauí - SLC à Secretaria de Assuntos Jurídicos-SAJ, mediante a Consulta Nº 11/2018, quanto a exigência de Termo de Referência ou Projeto Básico nas contratações diretas, que se manifestou com o seguinte entendimento:

Cumpra mencionar, que é vasto o entendimento doutrinário, sendo pacífica a posição jurisprudencial acerca do tema que então se busca justificar. Nessa seara, o art. 37, XXI, CF que norteia a forma como a Administração Pública contratará com a concessionária, já deduz que em algumas situações haverá ressalva e tratamento diferenciado, a seguir mostrado:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

No tocante a contratação de fornecimento de energia elétrica com concessionária para atender as unidades, verifica-se a possibilidade legal com base em fundamentação prevista no inciso XXI, do artigo 37 da CF/88, regulamentada pela Lei nº 14.133/21, que institui normas para as licitações e contratos, e ao mesmo tempo estabeleceu exceção em seus artigos 74 e 75, ao fixar os casos de dispensa e exemplificar casos de inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório, ex vide do art. 74, caput, in verbis:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;"

Considerando que se trata de serviço essencial e continuado à Administração Pública, sendo inviável sua interrupção, exceto quando for constatada deficiência técnica ou de segurança na unidade consumidora que caracterize risco iminente de danos a pessoas, bens ou ao funcionamento do sistema de fornecimento de energia elétrica.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Manter o funcionamento ininterrupto de todas atividades finalísticas e administrativas das unidades do **PA** vinculadas à **Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste**.

15. Providências a serem Adotadas

Não existem providências a serem adotadas uma vez que todas a unidades estão em pleno atendimento.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Não existem

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

O presente estudo foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa Nº. 94/2022 da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

Nos termos de todo conteúdo já esposado, e, sendo vinculantes as diretrizes estabelecidas no presente, a contratação tentada se demonstra viável, desde que haja o fidedigno cumprimento das disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos citados no presente e/ou aplicáveis em parte ou todo ao caso em tela.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THIAGO JOAO DE MOURA SOUZA

Chefe do Serviço de Licitações

RODRIGO CANDIDO TRONCOSO

Chefe do Setor de Concessionárias e Telefonia



Assinou eletronicamente em 18/10/2024 às 09:21:55.